

TERRA

Licenciamento ambiental do Alto da Boa Vista e do Taquari será decidido hoje

# CONDOMÍNIOS TÊM PRESSA

Kátia Marsicano  
Da equipe do Correio

**N**UMA REUNIÃO CONVOCADA EM CARÁ- TER EXTRAORDINÁRIO PARA ESTA SE- GUNDA-FEIRA, ÀS 14H, O CONSELHO DE MEIO AMBIENTE (CONAM) VAI DECIDIR O QUE FA- ZER PARA APRESSAR A IMPLANTAÇÃO DO SE- TOR HABITACIONAL TAQUARI, NO LAGO NOR- TE, E O CONDOMÍNIO ALTO DA BOA VISTA, EM SOBRADINHO. OS 24 INTEGRANTES DO CON- SELHO DEVEM RESOLVER, NO VOTO, SE APRO- VAM O LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA OS EMPREENDIMENTOS.

Para que o Alto da Boa Vista seja aprovado, de- verá ser proibida a construção de prédios comer- ciais. Há dois anos, esse condomínio ficou co- nhecido como a mais nova cidade do DF, por se constituir de 1.800 unidades multifamiliares, ou seja, prédios comerciais com quitinetes, numa área de 460 hectares. A polêmica à época foi gran- de, mas mesmo assim a Secretaria de Meio Am- biente (Sematec) concedeu licença prévia, desde que o parcelamento fosse reduzido em dois mil lotes.

Segundo o secretário de Meio Ambiente e pre-

sidente do Conam, Antônio Barbosa, a decisão da reunião extraordinária foi tomada por causa da demora em resolver o que chamou de “- problema”. “O assunto está se arrastando desde o governo passado. O condomínio já pode ser analisado novamente”, garantiu, referindo-se às exi- gências que foram feitas por conta da falta de planejamento para abastecimento de água no lo- cal. As reuniões do conselho são realizadas men- salmente a cada dia 30. O relator do processo do condomínio Alto da Boa Vista no Conam é o pró- prio secretário de Assuntos Fundiários, Odilon Aires.

“Vamos regularizar o condomínio em duas etapas. Na primeira, serão 1.200 lotes. E, na se- gunda, os outros 600. E não haverá prédios”, ga- rante Barbosa, já dando como certa a aprovação da nova licença prévia para instalação do Alto da Boa Vista, pelos conselheiros do Conam (veja no quadro quem compõe o conselho). Atualmente, no local entre Sobradinho e Planaltina, não há casas nem obras, mas as ruas estão abertas e as frações demarcadas. Um porteiro uniformizado é mantido 24 horas, no portão de acesso à área, a serviço da Martinez Serviços e Representação Ltda, responsável pelo empreendimento.

No Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), a regularização do Alto da Boa Vista causa estranheza. Apesar de os promo- tores estarem acompanhando todo o processo, não conseguiram entender, por exemplo, os mo- tivos que fizeram o governo determinar o corte dos lotes próximos à pista. Os lotes vão ter que mudar de endereço.

Como o do condômino Fernando Pontes, que foi chamado à administração do condomínio pa- ra descobrir qual é a nova localização dos dois lo- tes que comprou em 1994. “E ainda me cobram

Kléber Lima



Para ser aprovado, o condomínio Alto da Boa Vista deverá abrir mão da construção de prédios comerciais

taxa de manutenção”, reclama. A administração cobra por mês entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00 por lote.

Na sede da empreendedora do condomínio, imobiliária Múltipla, no Cine Centro São Francis- co, o funcionário garante que não estão sendo vendidos lotes e que qualquer informação adici- onal só podia ser dada pelo gerente, chamado ‘- Bira’ — na verdade, o corretor Ubirajane dos Santos Andrade que, foi citado na CPI da grilagem.

## AVOLTA DO TAQUARI

Outro assunto da pauta da reunião extraordi- nária do Conan e que promete movimentar — e muito — a manhã de hoje é a votação da licença de instalação do Setor Habitacional Taquari. O Taquari fica na região administrativa do Lago Norte, entre o Varjão e o Alto Colorado, e é uma das áreas mais controversas do DF no que diz res- peito à definição de quem é o dono das terras pertencentes à antiga Fazenda Brejo ou Torto. Na semana passada, toda a área estava sendo des- matada e demarcada.

Ambientalistas já estão se mobilizando e pro- metem comparecer em bloco à sede da Sematec, na 511 Norte, para pressionar e evitar mais um passo em direção à regularização. O principal ar- gumento é a localização em área de frágil equilí- brio ecológico, entre o ribeirão do Torto e os cór- regos Urubu e Gerivá, em plena Área de Proteção Ambiental (APA) do Paranoá.

A preocupação com a região não é nova. Entre 1989 e 1990, estudo da Companhia de Sanea- mento do DF (Caesb) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) reco- mendava para o local uma baixa densidade - no máximo 50 habitantes por hectare. A Secretaria do Meio Ambiente reforçou a recomendação. “Nesse local um dos maiores problemas é a decli-

vidade do terreno”, lembra a pesquisadora Mônica Veríssimo, da Universidade de Brasília.

É também no futuro Setor Taquari (que terá cerca de 660 hectares), criado pela Lei 1.823, de janeiro de 1998, que estão o polêmico condomí- nio Hollywood, hoje consolidado, e os disputa- díssimos Privê Lago Norte I e II — todos alvo de investigações constantes feitas pelo Ministério Público. Na opinião de promotores, o setor não deveria ser regularizado, principalmente por causa das ilegalidades, como falsificação de do- cumentos.

Os ambientalistas que forem hoje à Sematec pretendem reivindicar igualdade de condições na formação do Conselho de Meio Ambiente. “Tem muito mais gente do governo do que da so- ciedade civil. Não dá para esperar isenção nas decisões”, diz Mônica Veríssimo.

A mesma opinião tem o conselheiro César Vic- tor do Espírito Santo, um dos dois representa- ntes de organizações não-governamentais que participam do Conam. César é secretário-execu- tivo da Fundação Pró-Natureza (Funatura). Do total de 24 integan- tes, meta- de está di- retamen- te ligada ao gover- no. Dos demais, a p e n a s três são de institui- ções de ensino e pesquisa.



Construindo com você